

COVID-19, Afastamento social, Pesca artesanal e Segurança alimentar:
Como esses temas estão relacionados e quão importante é a soberania dos
trabalhadores da pesca diante do cenário distópico

COVID-19, social isolation, artisanal fishery and food security: How these
issues are related and how important is the sovereignty of fishing workers
in the face of the dystopian scenario

José Amorim Reis-Filho^{1,2}, Danilo Quinto³

¹*ICHTUS soluções em meio ambiente, 41904-250, Salvador, BA, Brasil,* ²*Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Av. Perimetral 2561, Terra Firme, Belém, PA, 66040-170, Centro de Atendimento Psicossocial ao Cidadão, Prefeitura Municipal de Camaçari, BA, CEP 42284-000*

Resumo

Em um mundo amplamente conectado onde as barreiras sanitárias são insuficientes para conter a disseminação de agentes biológicos prejudiciais à saúde humana, entender como se propagam efeitos de epidemias é um tema de interesse para toda sociedade. Nesse artigo é discutido como a disseminação do Coronavírus no território brasileiro, provocando o afastamento social (AS) entre diversos segmentos da sociedade têm amplificado a precariedade do setor pesqueiro de pequena escala e subsistência e impactado a sua sustentabilidade. O debate é especialmente focado no cenário pesqueiro existente às margens de grandes centros urbanos, como a cidade do Salvador, Bahia onde existe um apelo pelos recursos pesqueiros obtidos pela pesca de pequena escala mercantil. O afastamento social imposto ou recomendado pelo governo têm provocado uma diminuição na procura por pescados oriundos da atividade pesqueira artesanal. Entrevistas semi estruturadas e o livre diálogo com pescadores e marisqueiras atuantes na zona costeira de Salvador permitiu entender o avanço do cenário caótico que já se debruça sobre essa tessitura social. O mercado consumidor, também de pequena escala, desde o âmbito familiar até pequenos comércios como restaurantes e centros de revenda não apresentam mais a dinâmica de busca pelos recursos pesqueiros, interferindo diretamente na oferta devido a concomitante redução no esforço laboral para alimentar essa teia mercadológica. Por outro lado, esses trabalhadores das águas necessitam manter suas atividades a fim de prover fonte de proteína para o seio familiar e comunitário, transitando diretamente pela questão de segurança alimentar da classe pesqueira. Assim como ações para conter o avanço da epidemia do Coronavírus são adotadas pelo governo, contra medidas para salvaguardar o modo de vida dessas comunidades pesqueiras devem ser também pensadas e aplicadas. Seguir as diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) a fim de garantir a pesca de pequena escala sustentável no contexto da segurança alimentar e erradicação da pobreza podem ser os primeiros instrumentos acordados a nível regional para lidar com esse novo cenário de pressão imposto sobre essas comunidades pesqueiras.

Palavras chaves: Coronavírus, isolamento social, pesca artesanal, modo de vida, Brasil.

Abstract

In a world widely connected in which the sanitary barriers are scanty to prevent the dissemination of biological agents dangerous to human health, knowing how epidemics and their effects affect the humanity is an important theme. In this study, it is analyzed how the Coronavirus propagation in Brazilian territory, making arise the social isolation (SI) among several sectors of society have increased the hard situation of small-scale fishery sector and its self-sustainability. The debate is focused at the social-fishery environment occurring in great urban centers, for example Salvador city, Bahia where exist a demand for fishery resources from small-scale fishery activity. The SI recommended by Brazilian government has led to decrease at the search of products from small-scale fishers. Thus, interviews were applied to fishers and shell-collectors acting in coastal zone of Salvador so that allows known the ongoing worrying scenario that affect the fishers. The consumer sector of fishery products (e.g., composed by single persons to small markets and sale centers) do not presents the former dynamic of trade, directly impacting the fish supply and fishing efforts. On the other hand, the fishers need keep their activities to provide protein sources to their family cores and community, underscoring issues of food security. As the actions to stop the advance of the Coronavirus epidemic are adopted by Brazilian government, measures to safe the livelihood of these fishery communities must be thought and applied. Applies the United Nation Food and Agriculture Organization (FAO) guidelines in order to guarantee a sustainable small-scale fishery within assumption of food security and poverty eradication can be the first steps to deal with the new scenario imposed over the fishery societies.

Key-words: Coronavirus, social isolation, small-scale fishery, fisher livelihood, Brazil.

Introdução

A emergência da pandemia causada pelo novo Corona vírus chega ao Brasil não apenas como uma questão de saúde pública, mas também com o potencial de alterar o modo de vida da sociedade. O livre arbítrio exercido desde a mais singela conotação – a livre circulação e aglomeração humana – agora é entendido como um dos vetores de disseminação do vírus (Kraemer *et al.*, 2020, p.43). O novo Coronavírus ou COVID-19 foi primariamente identificado em Wuhan, China (Dezembro, 2019) como uma forma diferente daquela que têm sido identificada em seres humanos (Zhu *et al.*, 2020, p. 3). Esse vírus pertence a família Coronaviridae que são conhecidos por infectar apenas mamíferos; são altamente patogênicos e responsáveis por causar síndrome respiratória e gastrointestinal (Ministério da Saúde, 2020, p. 6), apresentando se desde um simples resfriado a severas doenças respiratórias tal como a Síndrome respiratória do Oriente Médio (i.e., MERS – Middle East Respiratory Syndrome) a Síndrome respiratória aguda grave (i.e., SARS – Severe Acute Respiratory Syndrome) (WHO, 2020). A principal forma de transmissão desse vírus entre os humanos se dá pelo contato direto com pessoas infectadas (sintomáticas ou não), bem como contato com diversos tipos de superfícies (e.g., vidros, metais, tecidos, utensílios domésticos e alimentos) onde o vírus foi

depositado. Além disso, gotículas respiratórias produzidas quando uma pessoa infectada tosse ou respira, são outras formas de contágio (Huang *et al.*, 2020, p. 2) que tem forçado as autoridades a sugerir e em muitos casos, proibir (i.e., fechamento de instituições públicas e privadas, interrupção de acesso a praias e parques) aglomerações de pessoas. A estratégia de confinamento preconizada para evitar o contágio e já adotada por alguns estados brasileiros pode não ter grande realismo num país com 80 milhões de pobres, que vivem sem condições sanitárias mínimas.

Nesse contexto, estão inseridos homens e mulheres que dependem da atividade pesqueira de pequena escala como meio de vida. A pesca e mariscagem funciona como motor econômico e social, proporcionando segurança alimentar e nutricional, emprego e outros efeitos multiplicadores para economias locais (FAO, 2017, p. 2). Muitos pescadores e marisqueiras* trabalham por conta própria e geralmente fornecem pescados para consumo direto nos seus lares ou comunidades, bem como incrementam a renda através do comércio desses viveres (Reis-Filho *et al.*, 2018, p. 15). A prerrogativa do afastamento social (doravante, AS) como ação para diminuir a proliferação do contágio da COVID-19 subjaz um efeito imediato e ainda não dimensionado do impacto que tal medida trará no modo de vida do setor pesqueiro de pequena escala. Estima-se que aproximadamente 90% de todas as pessoas que dependem diretamente da pesca extrativa no Brasil trabalham no setor de pequena escala (FAO, 2017, p. 3), cerca de metade dos quais são mulheres. Além de gerar emprego para pescadores e trabalhadores da pesca, em tempo integral ou parcial, a pesca sazonal ou ocasional e as atividades conexas fornecem um complemento essencial para os meios de subsistência de milhões de pessoas (UNCTAD, 2016, p. 29). Essas atividades podem constituir uma ocupação acessória regular ou adquirir especial importância em momentos de dificuldade. As características precisas deste subsetor variam em função do lugar, refletindo ligações históricas com os valores, as tradições e os recursos pesqueiros existentes, assim contribuindo para a coesão social (McGoodwin, 2001, p. 13). A atividade pesqueira artesanal é expressiva para a economia brasileira; por exemplo, entre 1997 e 2011, a modalidade pesca artesanal alcançou 50% da produção total nacional, contribuindo como a maior parte do PIB dessa economia (Silva, 2013, p. 36). Ao avaliar o PIB da produção pesqueira nordestina, entre 2000 e 2011 verificou-se que a maior participação foi da Bahia, com 26% da produção de pescado. Apesar da sua importância, muitas comunidades de pescadores de pequena escala continuam marginalizadas e portanto, sem ter plenamente entendida a sua

contribuição para a segurança alimentar, erradicação da pobreza, desenvolvimento equitativo e utilização sustentável dos recursos que beneficia tanto as próprias comunidades como a sociedade que faz uso fruto do recursos obtidos (Hellebrandt *et al.*, 2012, p. 11; Campos & Chaves, 2014, p. 7).

A pobreza nas comunidades dedicadas à pesca de pequena escala é de natureza multidimensional, não resultando apenas dos baixos níveis de rendimentos, mas também de fatores que impedem o pleno gozo dos direitos humanos, em particular dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais (FAO, 2017, p. 4). Assim, esse artigo pretende discutir os efeitos imediatos que o AS, devido a pandemia do COVID-19 traz para o setor pesqueiro de pequena escala, incluindo especialmente aquelas pessoas que realizam tais atividades no âmbito de grandes centros urbanos. O debate se dá através de informações etnográficas colhidas entre homens e mulheres atuantes na pesca de pequena escala da cidade de Salvador, Bahia, os quais já experimentam uma disruptura nas frágeis relações de comércio estabelecidas com a população consumidora de recursos pesqueiros, bem como impossibilidade de acesso a muitas zonas praias onde realizam práticas pesqueiras. Por fim, são apresentadas e avaliadas quanto a elegibilidade no cenário analisado, diretrizes voluntárias para garantir a pesca de pequena escala sustentável no contexto da segurança alimentar e da erradicação da pobreza (doravante, Diretrizes PPE), as quais atribuem alta prioridade à realização dos direitos humanos e à necessidade de prestar assistência aos grupos vulneráveis e marginalizados, como os trabalhadores da pesca artesanal

*A expressão pescadores e marisqueiras é usada ao longo do texto para referendar homens e mulheres que atuam tanto nas atividades de captura de peixes e crustáceos, bem como nas práticas de coleta de moluscos bivalves, a mariscagem.

MATERIAL E MÉTODOS

ÁREA DE ESTUDO

A investigação ocorreu nos limites do município de Salvador, Bahia, na zona costeira. As entrevistas juntamente com as abordagens de livre diálogo foram aplicadas entre 30/03 a 12/04/2020, durante o primeiro período de AS decretado pelo governo

municipal (Decreto Municipal N° 32.272/2020). A zona costeira da cidade compreende 70 km e se estende desde o bairro de Itapoan (limite norte exposto a condições oceanográficas de mar aberto) até os bairros de São Tomé de Paripe, Ilha de Maré e Ilha de Bom Jesus dos Passos (regiões interiores da Baía de Todos os Santos). A informação precisa acerca do número de pescadores e marisqueiras registrados e atuantes nessa região é obscura, vide que não há informação atualizada nas bases documentais do município, nos censos do IBGE, nem tão pouco nos registros internos das colônias de pesca e Federação regional da pesca. No entanto, em pesquisa realizada por Silva (2013, p. 35), estima-se que perto de 47.000 pescadores e marisqueiras estejam registrados e/ou atuantes na região metropolitana. No entanto, diante do dubitável processo para registro e formalização de pescadores no RGP (Registro Geral da Pesca), o que suscita um cenário fraudulento de registros de pesca (ver debate em Reis-Filho & Leduc, 2017, p. 4), esse número pode estar superestimado em pelo menos uma ordem de grandeza, e Silva (2003) também apresenta um número mais próximo da realidade, com 6.500 pescadores. De toda forma, a pesca costeira realizada na cidade do Salvador é majoritariamente artesanal de pequena produção mercantil e de subsistência (Queiroz, 2007, p. 19, Bahia Pesca, 2013, p. 12; Reis-Filho, 2016, p. 42; Reis-Filho, 2019, p. 8). Dominada por embarcações de pequeno porte, impulsionadas por pequenos motores ou a vela/remo, como utilização de redes de espera de fundo e superfície, anzóis/linhas de mão, espinheis artesanais, tarrafas, armadilhas para peixes e crustáceos, além de atividade de mariscagem em planícies de maré areno-lodosas. Existe também um efetivo de pescadores esportivos, dos quais não se tem informações precisas sobre o número de pescadores e embarcações, áreas de pesca e volume desembarcado (Reis-Filho et al., 2020, p. 4). Todavia, esse caráter majoritariamente artesanal não impede que Salvador produza a segunda maior receita do negócio pesqueiro do estado, ficando apenas atrás de Camamu (Fundação Prozee, 2008, p. 65).

METODOLOGIA

As visitas nas áreas de pesca e extrativismo, juntamente com as entrevistas, ocorreram em um cenário de incerteza e temor social. De tal forma, recomendações para aquisição de dados etnográficos seguiram McGoodwin (2001, p. 33). A abordagem de campo buscou obter informações de forma fidedigna sobre o que os pescadores e marisqueiras vivenciam, em um modo ético, incluindo métodos para rápida aquisição de

dados, enquanto trabalhando com restrições orçamentárias e de tempo. As perguntas (Anexo 1) foram aplicadas essencialmente no escopo avaliativo proposto nesse artigo e de modo geral objetivaram a: i) Entender se o AS já têm promovido impacto nos rendimentos obtidos através da pesca; ii) Qual a magnitude do efeito restritivo na rotina dos pescadores e marisqueiras e iii) Como esses atores enxergam sua relação com a pesca e mariscagem diante do atual cenário de mudança social (i.e., impacto na economia pesqueira e reduzidas políticas públicas específicas para o setor pesqueiro).

Assim, o método de pesquisa empregado consistiu em entrevistas semi-estruturadas e não estruturadas (Bernard, 1994, p. 12; Minayo et al., 2004, p. 6) com lideranças pesqueiras e pescadores e marisqueiras atuantes no momento das visitas. Foram entrevistados no total, 116 trabalhadores da pesca (57 pescadores e 60 marisqueiras), assim distribuídos: 18 na Ilha de Maré (localidades de Botelho, Bananeiras e Praia Grande), 11 no bairro de Peripe, 8 em Plataforma, 46 no bairros da Ribeira e Bonfim, 7 no bairro do Rio Vermelho, 9 no bairro da Pituba, 6 no bairro de Piatã e 11 no bairro de Itapoã. As etnonomeclaturas das espécies capturadas pela atividade pesqueira foram checadas em Reis-Filho et al., (2018, p. 45) a fim de chegar à nomenclatura científica.

RESULTADOS

A partir das entrevistas feitas com a comunidade pesqueira, e avaliando os principais tipos de pescados comercializados, houve uma redução expressiva nos ganhos semanais dos pescadores e marisqueiras durante o período de AS (Figura 01). Quanto ao esforço pesqueiro (i.e., horas por dia dispensadas à atividade), este se manteve regular nos primeiros 15 dias de AS ao que era praticado antes, então apresentando acentuada diminuição até o fim desse período (Figura 02). De acordo com os entrevistados, antes do AS, a maior parte do pescado era destinado a comercialização para geração de renda, à medida que o AS se estabeleceu e o fluxo de venda caiu, o consumo familiar e comunitário foi o destino para o pescado obtido (cenário representado pelos símbolos na Figura 02). Além disso, o setor de mariscagem apresentou um incremento no esforço laboral em parte do período de AS, posteriormente se comportando como o setor da captura de peixes (Figura 02). Esse aumento do esforço deve ao fato que a atividade de mariscagem – menos rentável que a atividade captura de peixes - no município de

Salvador ser essencialmente realizada por mulheres, as quais sentiram mais intensamente o impacto do AS na comercialização e precisaram adicionar mais fonte de proteína nos seus lares. A Figura 03 mostra marisqueiras atuando em uma histórica área de coleta na Baía da Ribeira (Queiroz, 2007) durante o período de AS, com um contingente duas vezes maior do que observado em outros períodos do ano.

Quanto as expectativas dos pescadores e marisqueiras acerca do cenário de baixa ou até mesmo nulidade das vendas de pescado, eles se mostraram temerários em face da situação de AS perdure por mais tempo (iniciada no município de Salvador a partir de 04/03/2020 - Decreto Municipal N° 32.272/2020). No entanto, uma parcela importante dos entrevistados, especialmente mulheres marisqueiras, manifestaram se sentir menos apreensivos quanto ao atendimento de necessidades alimentares básicas em seus núcleos familiares (Figura 04). O livre acesso aos recursos pesqueiros garante que pescadores e marisqueiras possam obter meios - *ou através de permuta com pequenos comerciantes ou mesmo ofertando diretamente os pescados em seus lares* – de não entrarem totalmente em colapso social devido a ruptura das relações de comércio pré existentes. Outro importante aspecto evidenciado nas entrevistas foi a baixa credibilidade acerca da implementação de ações extrínsecas às comunidades pesqueiras. Pagamento de benefícios governamentais, como ampliação do seguro defeso e auxílio emergencial (Projeto de Lei n° 13.982, de 2020), campanhas edu-informativas sobre a crise epidemiológica atual e como lidar com ela, ou ações resolutivas como a aquisição do excedente pescado para estocagem, e até mesmo cooperação direta com outros setores da sociedade (i.e., mobilização social para auxiliar a classe) tiveram reduzido percentual de credibilidade quanto a expectativa de ocorrerem (Figura 04).

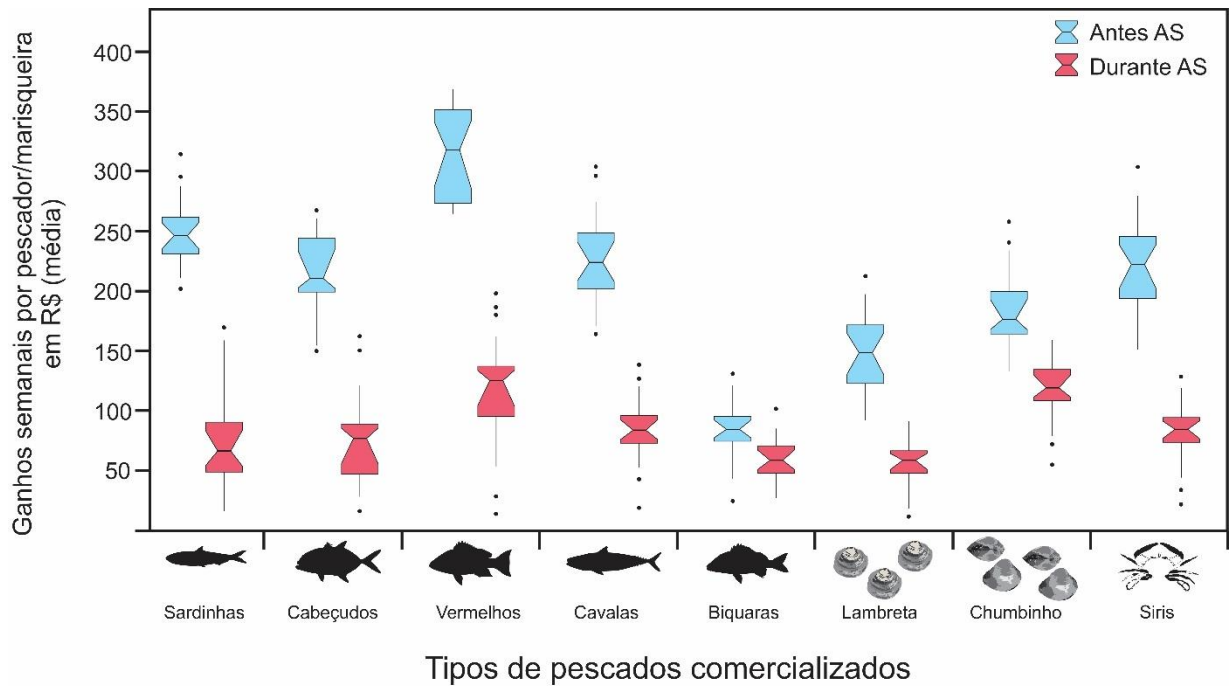


Figura 01. Variação nos ganhos semanais (R\$) dos entrevistados envolvidos nas atividades de captura de peixes e coleta de mariscos antes e durante o período de AS. As barras verticais nos Box-plots indicam os máximos e mínimos da variância, bem como os pontos pretos indicam os valores extremos da distribuição. Sardinhas = peixes dos gêneros *Harengula* e *Ophistonema*; Cabeçudos = peixes do gênero *Caranx*; Vermelhos = peixes dos gêneros *Lutjanus* e *Ocyurus*; Cavalas = peixes do gênero *Scomberomorus*; Biquaras = peixes do gênero *Haemulon*; Lambreta = *Lucina pectinata*; Chumbinho = *Anamolocardia brasiliana*; Siris = crustáceos dos gêneros *Callinectes* e *Portunus*.

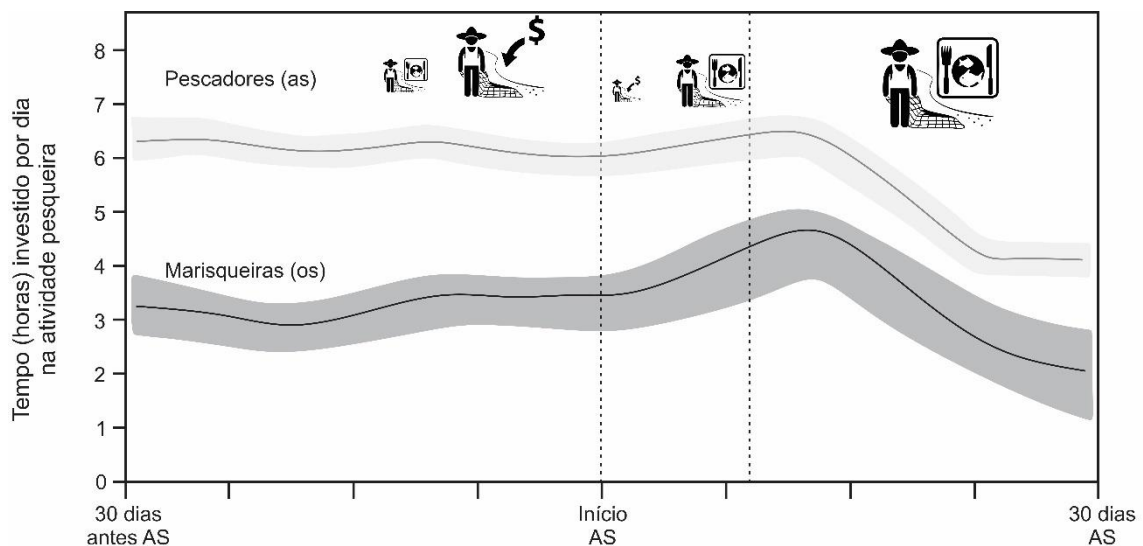


Figura 02. Esforço laboral (horas por dia) empregado na atividade de captura de peixes e coleta de mariscos antes e durante o período de AS. As áreas em cinza informam o intervalo de confiança da distribuição dos dados (95%). Os info-símbolos na figura representam cenários de utilização dos recursos pesqueiros diante do AS, alterando a sua

destinação para: de comercialização direta, para consumo familiar e comunitário. AS = Afastamento Social.



Figura 03. Imagem aérea de intensa mariscagem realizada na coroa do Periquito no bairro de Plataforma, Salvador, Bahia durante o período de AS. Foto: José Amorim Reis-Filho.

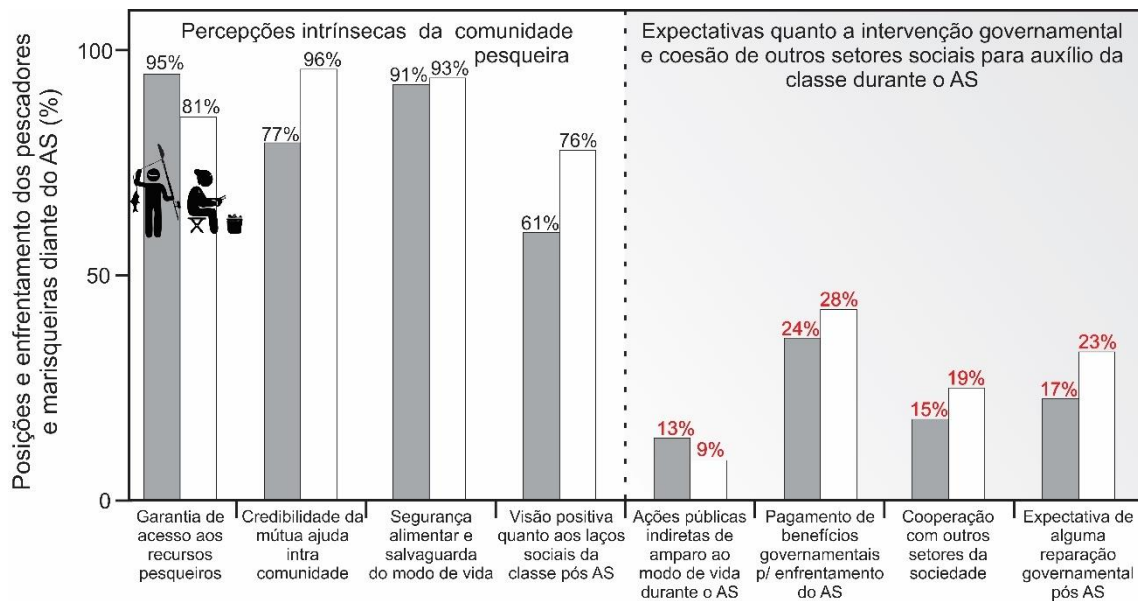


Figura 04. Percepções da classe pesqueira de pequena escala acerca do cenário imposto pelo afastamento social (AS) divididas em dois eixos: Posições intrínsecas e extrínsecas a comunidade pesqueira. Barra cinza referem se as entrevistas com pescadores e as barras vazias, às marisqueiras.

DISCUSSÃO

O setor da pesca de pequena escala, o qual especialmente estão a pesca artesanal de pequena produção mercantil e a pesca de subsistência como a atividade de coleta de marisco, subscreve grupos sociais historicamente vulneráveis, visto que, além da exposição às mudanças ambientais globais (Barange *et al.*, 2018, p. 76) e deteriorações regionais nos habitats aquáticos e estoques pesqueiros (Cinner *et al.*, 2009, p. 6; Brewer *et al.*, 2012, p. 9; Reis-Filho, 2019, p. 6), sempre tiveram que resistir a várias dificuldades com capacidade de negar a continuidade de seus modos de vida. Através da ótica do trabalhador da pesca artesanal, o presente estudo mostra como o afastamento social (AS) devido à crise do contágio pelo Covid-19 têm impactado de forma direta e indireta o modo de vida dessa classe social.

Cerca de 80% da comercialização do pescado capturado pela atividade artesanal no município de Salvador é vendido diretamente ao consumidor ou atravessadores (Queiroz, 2007, p. 18; Silva, 2013, p. 14). Esse regime de negócio tem sofrido impacto direto com as medidas de afastamento social devido ao Covid-19. De acordo com os entrevistados, houve uma expressiva redução (cerca de 75%) na demanda de pescados a partir do consumidor direto, uma vez que a circulação de pessoas nas feiras livres, peixarias, mercados de frutos do mar e centros de abastecimento diminuiu, refletindo a redução nos ganhos dessa classe (ver Figura 01). Essa redução, para a maioria dos entrevistados significa o cerceamento de grande parte dos compromissos individuais mantidos pelos rendimentos pesqueiros, como sustento das famílias, aquisição de bens de consumo e re investimento nas atividades piscatórias. Como avaliou Silva (2013, p. 45), ao traçar o perfil sócio econômico do pescador e marisqueira do município de Salvador, a renda média mensal individual auferida foi a de um salário mínimo. Dessa forma, fica evidente que a partir das estimativas de ganhos semanais sobre a comercialização de pescados (Figura 01), o setor da pesca artesanal foi expressivamente impactado.

O trabalhador do setor da pesca artesanal e de subsistência no município de Salvador já vivencia um cenário de incerteza e precariedade (Silva, 2013, p. 17). Esse setor, agora com seu funcionamento impactado devido ao AS provocado pelas ações anti contágio do Covid-19, sempre lidou com a ausência de apoio no processo de beneficiamento e comercialização dos pescados. A falta de uma cadeia de controle de qualidade impede o escoamento da produção para grandes redes de supermercado, onde

estes poderiam ser estocados e continuar gerando renda ao pescador/marisqueira por semanas. Tal processo atenuaria o cenário delicado que esse setor se encontra devido a desestruturação do frágil negócio pesqueiro – extrativista *versus* consumidor primário. É oportuno lembrar que, na última década, o setor pesqueiro artesanal sofre diversos processos administrativos a partir do governo federal, o qual afastou milhares de trabalhadores do acesso às políticas públicas. Toma-se como exemplo o caso do Registro Geral da Pesca (RGP), o qual se encontra paralisado desde 2012. Estima-se que já sejam mais de 600.000 pescadores (as) artesanais sem RGPs no Brasil, com seus registros cancelados, suspensos ou não entregues.

Esse cenário de pouca expressividade da classe pesqueira nas tomadas de decisões não se traduz em uma corrente de ações recentes. De modo geral, o desenvolvimento do setor pesqueiro nas últimas três ou quatro décadas conduziu à sobre-exploração dos recursos em todo o mundo, bem como à ameaça de habitats e ecossistemas (McConney *et al.*, 2014, p. 14). As práticas consuetudinárias de atribuição e partilha dos benefícios dos recursos da pesca de pequena escala, provavelmente aplicadas durante várias gerações, foram alteradas em função de sistemas de gestão pesqueira não-participativos e muitas vezes centralizados, do rápido desenvolvimento tecnológico e de mudanças demográficas. As comunidades de pescadores de pequena escala são então afetadas por desigualdades nas relações de poder. Em muitos lugares, especialmente no território brasileiro, os mecanismos de gestão pesqueira são controlados e impostos a partir de uma estrutura hierarquizada que pouco consulta e menos ainda, delibera a partir de modelos de gestão participativa (ver debate em Reis-Filho & Leduc, 2017, p. 3). Além disso, é cada vez maior a concorrência e interdependência entre a pesca de pequena escala e outros setores. Estes setores, tais como o turismo, a aquicultura, a agricultura, a energia, a mineração, a indústria e o desenvolvimento de infraestruturas, muitas vezes têm uma maior influência política ou econômica.

Olhando para dentro das comunidades pesqueiras artesanais, as oportunidades disponíveis são limitadas, já que essas comunidades muitas vezes não possuem meios de subsistência alternativos e enfrentam situações de desemprego dos jovens, condições de trabalho insalubres e inseguras, trabalho forçado e trabalho infantil (Romero, 2014, p. 13; Ramalho, 2016, p. 4). Essa também é a realidade vivida pelos pescadores artesanais do município de Salvador, e que devido ao AS, enfrentam uma crise sem precedentes na comercialização de seus produtos, bem como na manutenção do seu modo de vida. A

falta de comercialização do pescado tem efeitos dramáticos, uma vez que essa é a fonte exclusiva ou principal de renda das comunidades. Estudos têm demonstrado que o cerceamento do comércio de viveres, como pescados, em sociedades mercantis que sofreram algum tipo de controle social têm produzido efeitos desestruturantes no modo de vida das comunidades (Schorr, 2004, p. 65; FAO, 2007, p. 12; UNCTAD, 2016, p. 46). Todos estes fatores emergem para um cenário de insegurança, uma vez que pescadores e marisqueiras possuem protagonismo reduzido na gestão e conseqüentemente na salvaguarda da atividade pesqueira. Assim, é mister da classe defender os seus direitos humanos e utilização sustentável dos recursos pesqueiros de que dependem, bem como requerer legitimidade como setor produtivo da sociedade onde a participação de programas emergenciais governamentais lhe é garantida.

A situação de agravamento social devido ao AS gerado pela pandemia do Covid-19, principalmente para o pescador artesanal do Nordeste brasileiro, chega em um momento onde um recente fator agravante se soma à lista de desafios enfrentados pelas comunidades pesqueiras. A partir de agosto de 2019, vazamentos de petróleo cru na costa brasileira atingiu cerca de 1.000 localidades, levando a uma situação de calamidade em diversas delas, com interrupção ao trabalho e à comercialização de pescados (Magris & Giarrizzo, 2019, p.1). Nesse cenário, uma ação tardia do governo federal, para ressarcimento financeiro das comunidades pesqueiras atingidas (Medida Provisória n 908, DOU em 29/11/2019), usou como referência o RGP, o qual não havia atualização processual desde 2012 e por conseguinte, não expressou o número real de pescadores e trabalhadores das águas, levando a uma intensificação da agravante condição social desses. Situações como essa, somadas a atual crise devido ao AS, adicionam mais insegurança e instabilidade social à classe pesqueira, uma vez que esse setor encontra se desaparelhado enquanto coalisão institucional das entidades de classe. Seguramente, grande parte das comunidades pesqueiras do país, exemplificado aqui pelo cenário do município de Salvador, não possui acesso adequado ao sistema público de saúde. Essa situação é de particular interesse diante do avanço da pandemia do Covid-19, o que vem somar se às vulnerabilidades já existentes nas comunidades pesqueiras artesanais; como ausência de políticas públicas para o setor e falta de acesso aos direitos sociais básicos de sua população.

Posto que o cenário de desenvolvimento, gestão e sustentabilidade das atividades pesqueiras de pequena escala estão sob forte pressão de problemas extrínsecos como

poluição, destruição de habitats pesqueiros, sobre exploração de estoques, e atualmente um déficit de ações governamentais reparatórias, buscar mecanismos que apoiem a pesca responsável e o desenvolvimento social é tarefa urgente. Nesse sentido se inserem as Diretrizes voluntárias para garantir a pesca de pequena escala sustentável no contexto da segurança alimentar e da erradicação da pobreza – As Diretrizes PPE (FAO, 2017, p. 3). NO presente trabalho, são apresentadas tais diretrizes, de modo sucinto e discutidas quanto a sua elegibilidade para o cenário atual da crise devido ao AS. Das 13 diretrizes escalonadas a partir de dois eixos; Pesca responsável com desenvolvimento sustentável e Garantias de um ambiente propício para apoiar a implementação, 6 delas se encaixam no atual cenário e servem como orientações que podem rapidamente se desdobrarem em ações efetivas (Tabela 1).

Implementar as diretrizes da FAO de modo célere no atual cenário de urgência pode demandar um esforço hercúleo do estado, o qual já se encontra em situação limítrofe de suas atribuições. Todavia, algumas das diretrizes já possuem instrumentos legais regimentados no aparelho governamental brasileiro, e a esses deveria ser dada prioridade. É o caso do DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), emitidas pelas autarquias estaduais no âmbito da política de pesca e aquicultura. Esse documento é indispensável para o acesso a políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Aquisição de Alimentos e o de Habitação Popular. Com o DAP, o trabalhador da pesca é reconhecido como produtor rural e pode acessar diversos programas do governo federal para desenvolvimento de suas atividades laborais, como financiamento com taxas reduzidas de juros. Dessa forma, o governo deveria dispor de uma estrutura administrativa específica para, além de facilitar o acesso de pescadores e marisqueiras ao Pronaf, também fomentar a adesão emergencial daqueles que, por exemplo, necessitem investir em estruturas de refrigeração (e.g., câmaras frias) para prolongar o tempo de estoque dos produtos pescados (ver elegibilidade da diretriz na Tabela1).

Outro ponto importante e que encontra maior possibilidade de imediata execução, subjaz o direito de informação através de uma resposta célere do Estado. Como apresentado na Tabela 1, uma das diretrizes discorre sobre a geração e divulgação de informações concernente ao cenário pesqueiro. Lamentavelmente, o sistema brasileiro de monitoramento da atividade pesqueira a nível nacional e para a maioria dos estados da nação, têm colapsado desde 2011 (ver Reis-Filho & Leduc, 2017, p. 2). Assim, sem

estudos pontuais como esse aqui apresentado, informações básicas sobre a dinâmica da pesca de pequena escala são virtualmente inexistentes e dificultam uma avaliação razoável da magnitude que o AS está causando no modo de vida dos trabalhadores da pesca. Além disso, o estado é responsável pelo aparelhamento informativo da classe pesqueira com a disseminação ampla de cartilhas, circulares e demais materiais que possibilitem os pescadores e marisqueiras acessarem orientações e cuidados acerca do Covid-19 e seu impacto no modo de vida atual. Nesse tocante, existe algum movimento regionalizado em alguns estados da união no sentido de promover empatia do material informativo com a classe pesqueira. É o caso do estado da Bahia, onde através do órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, a Bahia Pesca, houve confecção de uma cartilha orientando pescadores e marisqueiras como agir em diante da atual crise epidemiológica (<http://www.bahiapesca.ba.gov.br/arquivos/File/cartilhacovid19.pdf>). No entanto, quando questionados durante as entrevistas, pescadores e marisqueiras relataram não terem conhecimento desse material (Figura 4 – Ações governamentais de amparo), uma vez que não houve entrega dessas cartilhas, ou diretamente a eles, ou por intermédio das associações de pesca.

CONCLUSÃO

Pescadores e marisqueiras no município de Salvador que obtêm seus sustentos e desenvolvem seus modos de vida ligados à atividade pesqueira de pequena escala enfrentam impactos devido ao afastamento social provocado pela disseminação do Covid-19 no território nacional. O AS desregulou frágeis relações de comércio que existiam entre os trabalhadores da pesca e mercado consumidor. Houve no primeiro momento um excedente de produtos pescados, para então caminhar para a redução na atividade pesqueira com fins mercantis, no entanto, o pescador tenta manter sua rotina de atividade piscatória (Figura 05). O livre acesso ao ambiente marinho para obtenção do recurso pesqueiro como alimento e muitas vezes como moeda de troca em seus núcleos comunitários foi o mote da continuidade da pesca. Esse cenário, possibilitando ao pescador e marisqueira ainda obterem alimentos diretamente da natureza, eleva a discussão para uma questão de segurança alimentar e afastamento da pobreza extrema, essa última entendida como a incapacidade de geração mínima de alimento para o indivíduo e núcleo familiar. O problema enfrentado pelos trabalhadores da pesca devido ao AS perpassa por uma realidade que inevitavelmente exige forte presença do estado,

tanto na economia, quanto na implementação de medidas factíveis ao universo pesqueiro de pequena escala. E nesse cenário se inserem as Diretrizes PPE da FAO, com forte apelo executivo para o modo de vida dos pescadores e marisqueiras. Implementar muitas dessas diretrizes poderia reduzir o risco social que essa classe se encontra, agora potencializado pelo efeito cumulativo da pandemia do Covid-19 no já carente sistema de gestão pesqueira.

Após quinhentos anos de miscigenação índios, negros africanos e povos europeus, a história da pesca não só no município de Salvador, mas em grande parte do território brasileiro está relacionado à história dos povos oprimidos da sociedade, desde a aquela colonial – os negros e índios (Bueno, 2006), até os tempos atuais – classe pobre mais abastada da sociedade, essencialmente composta por pessoas afro descendentes. Ao que parece, o setor da pesca de pequena escala mercantil tem a sua tessitura social historicamente e atualmente também fragilizada pelo quase que completo abandono de ações governamentais efetivas. A crise aguda – e sem precedentes – conduzindo a uma desestruturação do negócio da pesca artesanal no município de Salvador, devido ao AS provocado pela pandemia do Covid-19, apenas adiciona mais um capítulo do histórico roteiro de negligência e abandono que essa classe de trabalhadores do mar sofre, porém, resiste.

Para além dos danos econômicos e sociais citados anteriormente, há também uma preocupação em relação as implicações psicológicas para a manutenção da saúde mental dos trabalhadores da pesca durante o período de AS. Qualquer atividade laboral executada socialmente possibilita ao ser humano uma condição de intervir no ambiente, modificando-o e adequando de acordo com suas necessidades. Como menciona Vygotsky (2005, p. 26), esse é um elemento central que possibilita ao ser humano, tanto a formação de sua consciência; entendida aqui tanto como aspectos cognitivos tais como percepção, atenção, memória e juízo de valores; quanto também, e não menos importante, o desenvolvimento de matriz identitária. Ao terem sua atividade laboral reduzida ou suspensa, os pescadores e marisqueiras podem estar, também, enfrentando uma crise na sua matriz identitária, uma vez que deixando de viver a sua rotina de pescador, o hábito, comportamento internalizado pela soma de tarefas cotidianas, vai se perdendo pois o mesmo deixa de existir durante o AS. Como efeito, as implicações psicológicas que ocorrem durante essa descaracterização arquetípica em torno da figura dos pescadores e marisqueiras, que fogem ao objeto do presente trabalho, surgem em um horizonte

próximo e real num cenário de incerteza e medo que paira por tempo indeterminado. O comprometimento psíquico que o aparente “desmoronamento” de uma matriz identitária promove, sob forma de sintoma, pode surgir de algumas formas, são elas: sensação de angústia; ansiedade generalizada; insônia indeterminada; depressão causada pela falta de socialização, ataques de pânico, dentre outros. São alguns sintomas que já se apresentam para parte da população, indiscriminadamente.

De acordo com Zizek (2020), a quarentena provocando o AS, devidamente fundamentada em evidências médicas, encontrou um eco na pressão ideológica por estabelecer fronteiras entre questões societárias antigas; por exemplo, a normalidade opressora do capitalismo expressada nas relações unilaterais de geração de renda na cadeia da pesca artesanal, onde os extrativistas, em tese, dependem da comercialização gerando valores como meio de subsistência. Nesse ponto, *o poder subversivo do Coronavírus* (grifo de Zizek, 2020) expõe novos modos de pensar em uma sociedade alternativa, uma sociedade para além dos Estado-Nação, uma sociedade que se atualiza nas formas de solidariedade e cooperação, como os pescadores e marisqueiras entrevistados no presente estudo. Esses atores demonstram existir de uma forma orgânica, um senso de coletivismo arraigado no seio comunitário, onde a obtenção de recursos alimentares e auxílio direto intra comunidade (e.g., capacidade do pequeno comércio local de viveres em receber pescados como pagamento, ao invés de moeda corrente) garante a soberania desses trabalhadores das águas em existir.



Figura 05 – Intensa atividade pesqueira na orla da cidade de Salvador, Ba durante a quarentena que gerou o afastamento social (AS) devido a pandemia do Covid-19. A = Pescadores recolhendo rede de arrasto após cerco de cardume na Pituba e B = Pescadores usando linha e anzol na orla do Jardim dos Namorados. Imagens: José Amorim Reis-Filho.

Tabela 1 – Diretrizes voluntárias da FAO para garantir a pesca de pequena escala sustentável no contexto da segurança alimentar e da erradicação da pobreza sobre a ótica da elegibilidade para o cenário de AS vivido por trabalhadores da pesca no Brasil.

Diretrizes PPE	Desdobramento da Diretriz	Elegibilidade para o cenário atual
Governança responsável da posse (território pesqueiro)	O Estado, de acordo com a sua legislação, deveria assegurar que os trabalhadores da pesca e suas comunidades desfrutem de direitos de posse seguros, equitativos e adequados do ponto de vista social e cultural relativo aos recursos pesqueiros.	Muitas áreas de pesca onde comunidades desenvolvem suas práticas - especialmente aquelas situadas em grandes cidades ou com grande fluxo de embarcações e por conseguinte trânsito de pessoas - foram interditadas impedindo o acesso de pescadores e marisqueiras.
Gestão sustentável dos recursos pesqueiros	O Estado e todos os intervenientes na gestão das pescarias deveriam adotar medidas para a conservação a longo prazo e garantir base ecológica para a produção de alimentos. Os Estados devem envolver as comunidades pesqueiras, com especial atenção para a participação equitativa das mulheres e dos grupos marginalizados e vulneráveis, na implementação das medidas de gestão.	A estrutura governamental deve dispor de mecanismos compensatórios (i.e., benefícios financeiros) a fim de garantir que pescadores e marisqueira não ingressem em práticas pesqueiras predatórias no intuito de aumentar as capturas em razão da paralização do comércio pesqueiro.
Desenvolvimento social, emprego e trabalho digno	O Estado deveria promover a segurança social dos trabalhadores da pesca de pequena escala, considerando as características de cada atividade e aplicando sistemas de proteção a toda cadeia produtiva. Por exemplo, apoio a planos de seguridade financeira como redes de financiamento, créditos, seguros, com especial ênfase na garantia do	Linhas especiais de financiamento e amortização de dívidas deveriam ser implementadas pelo sistema monetário, especialmente nas redes de bancos públicos. Essas ações poderiam ser usadas como <i>buffer</i> para reduzir a exposição social a pobreza dos trabalhadores da pesca, bem como possibilitar aquisição de meios de preservação dos pescados,

	acesso das mulheres a esses serviços.	como freezers e câmaras frias.
Cadeias Produtivas, atividades pós captura e comércio	O Estado deveria promover, facilitar e permitir investimentos em infraestruturas adequadas, estruturas organizacionais e atividades de capacitação para apoiar o subsetor das atividades posteriores à captura do pescado e alcance para o mercado doméstico, de forma responsável e sustentável	Diante do reduzido alcance da efetividade a curto prazo de ações concretas no tocante dessa diretriz, pensando em atender plenamente, como sugerido na diretriz acima, linhas de financiamento para os trabalhadores da pesca, em regime emergencial deveriam ser ofertadas com condições de amortização de juros bem dilatadas.
Informação, pesquisa e comunicação	O Estado deveria estabelecer sistemas de recolha de dados sobre a pesca, incluindo dados bioecológicos, sociais, culturais e econômicos relevantes para a tomada de decisões em matéria de gestão sustentável da pesca. Tais procedimentos seriam pensados com vista a assegurar, de forma transparente, a sustentabilidade dos ecossistemas, incluindo os estoques pesqueiros explorados na atividade pesqueira. Assim, todos os interessados (estado e trabalhadores), deveriam reconhecer a importância da comunicação e da informação, as quais são necessárias para tomada de decisões eficazes.	Sem a quantificação de dados básicos sobre a dinâmica pesqueira, como esforço de pesca, produtividade, rotina laboral e processo de comercialização, a real magnitude dos efeitos que qualquer agente, intrínseco ou extrínseco, exerçam na vida dos trabalhadores da pesca, torna-se devesa especulativa. Além disso, é mister do Estado produzir e garantir acesso rápido e seguro a materiais informativos que possam orientar pescadores e marisqueiras de como manter seu modo de vida diante do cenário epidemiológico vigente.

REFERÊNCIAS

BAHIA. (2013). Secretaria de Agricultura do Governo do Estado da Bahia - SEAGRI. Projetos 2012/2013. Salvador.

Barange, M., Bahri, T., Beveridge, M.C.M., Cochrane, K.L., Funge-Smith, S. & Poulain, F., eds. (2018). *Impacts of climate change on fisheries and aquaculture: synthesis of current knowledge, adaptation and mitigation options*. FAO Fisheries and Aquaculture Technical Paper No. 627. Rome, FAO. 628 pp.

Bernard, H. R. (1994). *Research methods in anthropology: Qualitative and quantitative approaches*. 2nd ed. SAGE Publications, Califórnia, USA, 585pp.

Brewer, T. D., Cinner, J. E., Fisher, R., Green, A., & Wilson, S. K. (2012). Market access, population density, and socioeconomic development explain diversity and functional group biomass of coral reef fish assemblages. *Global Environmental Changes*, 22(2), 399–406. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2012.01.006>

Bueno, E. (2006). *A Coroa, a Cruz e a Espada. Lei, ordem e corrupção no Brasil Colônia. 1548-1558*. Coleção Terra Brasilis: 4. Rio de Janeiro: Objetiva.

Campos, A.G., Chaves, J.V. (2014). *Seguro defeso: diagnóstico dos problemas enfrentados pelo programa*. Brasília: Ipea.

Cinner, J. E., McClanahan, T. R., Daw, T. M., Graham, N. A. J., Maina, J., Wilson, S. K., & Hughes, T. P. (2009). Linking social and ecological systems to sustain coral reef fisheries. *Current Biology*, 19(3), 206– 212. <https://doi.org/10.1016/j.cub.2008.11.055>

FAO (2017). *Diretrizes Voluntárias para garantir a pesca de pequena escala sustentável; No contexto da segurança alimentar e da erradicação da pobreza*. Organizações das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura, Roma. 34 p.

Hellebrandt, L., et al., (2012). Avaliação de políticas públicas aplicadas à pesca artesanal no Brasil. In: Encontro Nacional da ANPPAS, 6, Belém. Anais.

Huang C, Wang Y, Li X, et al (2020). Clinical features of patients infected with 2019 novel coronavirus in Wuhan, China. *The Lancet*; DOI: S0140673620301835

Kraemer, M., Yang, C-H., Gutierrez, B. et al., (2020). The effect of human mobility and control measures on the COVID-19 epidemic in China. *Science*, 10.1126/science.abb4218.

Magris, R.A., Giarrizzo, T. (2020). Mysterious oil spill in the Atlantic Ocean threatens marine biodiversity and local people in Brazil. *Marine Pollution Bulletin*, 153, 10.1016/j.marpolbul.2020.110961.

McConney, P.; Medeiros, R.; Pena, M. (2014) (Eds.) *Enhancing Stewardship in Small-Scale Fisheries: Practices and Perspectives*. Too Big To Ignore (TBTI) and Centre for Resource Management and Environmental Studies, The University of the West Indies, Cave Hill Campus, Barbados. CERMES Technical Report No. 73. 162p.

McGoodwin J.R. (2001). Understanding the cultures of fishing communities. A Key to fisheries management and food security. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). Rome, 305 pp.

Minayo, M. C. S.; Deslandes S. F.; Neto, O. C.; Gomes, R. (2004). Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. 23. ed. Editora Vozes, Petrópolis, Brasil, 80pp.

Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância Sanitária. (2020). Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coroníus COVID-19.

Prozee, (2008). FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DE RECURSOS VIVOS NA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA - FUNDAÇÃO PROZEE. Monitoramento da atividade pesqueira no litoral nordestino – Projeto ESTATPESCA. Convênio SEAP/IBAMA/PROZEE 060/2006. Tamandaré.

Queiroz, V.L. (2007). Iconografia do sistema de pesca no litoral da cidade de Salvador (de Itapuã até Ribeira): Uma busca para construção de propostas participativas em educação ambiental. Dissertação apresentado ao Curso de Biologia da Universidade Federal da Bahia. 142 pp.

Ramalho, C.W.N. (2016). Pescadores, pescarias e pescadores: notas etnográficas sobre processos ecossociais. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 11, 391-414.

Reis-Filho, J. A., Sampaio, C. L. S., Oliveira, H. H. Q., Nunes, J. A. C. C., & Barros, F. (2018). Pesca artesanal e captura de organismos ornamentais na Baía de Todos os Santos. In V. Org. Hatje, L. M. V. Dantas & J. B. de Andrade (Eds.), *Todos os Santos: Avanços nos estudos de longo prazo* (289 pp). Salvador, Brazil: Edufba.

Reis-Filho, J. A., & Leduc, A. O. H. C. (2017). Management-challenged Brazilian governance and the low relevance of national fishery management policy: recommendations to promote viable small-scale fisheries. *Oceanography & Fisheries Open Access Journal*, 2(2), 555583. <https://doi.org/10.19080/OFOAJ.2017.02.555583>

Reis-Filho, J. A. A. (2016). A pesca artesanal do camurupim e do xaréu no litoral baiano: Conhecimento ecológico local e monitoramento do desembarque revelam sobreexploração dessas espécies. In W. Castellucci Jr, & L. H. S. Blume (Org), *Populações litorâneas e Ribeirinhas na América Latina: estudos interdisciplinares* (vol. I, pp. 28-32). Salvador, Barzil: EDUNEB.

Reis-Filho, J.A., Miranda, R.J., Sampaio, C.L.S., Nunes, J.A.C.C., Leduc, A.O.H.C. (2020). Citizen observations provide evidence of predictable spawning aggregations of permits and pompanos and their pressured state by small-scale fisheries. *Fisheries Management and Ecology* (in press).

Romero, F.L. (2014). “O pescador é sofredor”: Identidades e conflitos em torno da reprodução social da pesca artesanal na praia de Itapoã, Espírito Santo. *Estudos de Sociologia*, UFPE, v.1, n 20.

Schorr, D.K. (2004). Healthy fisheries, sustainable trade: Crafting new rules on fishing subsidies in the World Trade Organization. World Wildlife Fund (WWF), 199 pp.

Silva, L.S. (2013). A Economia pesqueira artesanal do município de Salvador – Ba: Da organização produtiva a comercialização nas colônias de pescadores. Dissertação de mestrado apresentado ao Curso de Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia. 103 pp.

UNCTAD. (2016). Trade and environment review: Fish trade. United Nations Conference on Trade and Development. United Nations. 95 p.

Vygotsky, L.S. (2005). Pensamento e linguagem. São Paulo: Editora Martins Fontes, 3ª Ed.,

Zhu, H., Wei, Li., Niu, P. (2020). The novel coronavirus outbreak in Wuhan, China. *Global Health Research and Policy*, 5, 1-3. <https://doi.org/10.1186/s41256-020-00135-6>.

Zizek, S. (2020, março 2020). O poder subversivo do Coronavírus. *Outras Palavras: Jornalismo de Profundidade e Pós-Capitalismo*. <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/zizek-ve-o-poder-subversivo-do-coronavirus/>. Acessado em 01 de abril de 2020.

World Health Organization –
<https://www.who.int/emergencies/diseases/novelcoronavirus-2019>. Acessado em 02 de abril de 2020.

ANEXO 1

Perguntas que compuseram as entrevistas com pescadores e marisqueiras do município de Salvador.

Qual a sua atividade da pesca?

Quanto tempo pratica pesca e/ou mariscagem?

Qual o valor médio que o pescado (especificado por tipo) era vendido antes do AS e como está sendo praticado os preços atuais?

Quantas horas por dia eram dedicadas atividade de pesca e/ou mariscagem? E quanto tempo é dispensado para essas atividades agora durante o AS?

Qual o destino da produção pesqueira e/ou mariscagem? Comercialização direta (consumidor e/ou atravessador), consumo familiar, permuta em comunidade? E como se dá esse processo durante o AS?

Houve diminuição na procura por pescados pelo consumidor durante o período de AS? Sabe estimar quanto de diminuição?

Você acredita que o ambiente pesqueiro continuará a prover alimento e renda durante a crise do Covid-19 e seu conseqüente AS?

Você pratica ou observa seus pares exercendo ações individuais para ajuda dos seus semelhantes (i.e., pescadores e marisqueiras)?

O mar ainda represente fonte de alimento seguro para você e sua família?

Você acredita que os laços de confiança e altruísmos entre a classe pesqueira perdurará?

Você acredita em ações públicas por parte do governo para apoiar a classe pesqueira durante esse período?

Você acredita que receberá benefícios governamentais para auxílio durante esse período?

Você acredita que outros setores da sociedade, além do governo, como entidades privadas e sociedade civil organizada irá auxiliar a classe pesqueira durante esse período?

Após passada a crise do COVID 10 e seu AS, você acredita que o governo fará alguma reparação e/ou auxílio para a classe pesqueira?